

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira

Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>

CAPÍTULO 6..... 65

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA

Data de aceite: 10/01/2022

Rafael Carneiro da Silva Franco

Psicólogo. Graduação em Psicologia, na Universidade Estácio de Sá

Erika Conceição Gelenske Cunha

Psicóloga. Com especializações nas áreas de Gestão de Pessoas, Educação, sexualidade e gênero e Psicanálise. Mestrado pela Fundação Getúlio Vargas em Bens culturais e projetos sociais. Doutoranda em Educação. Atua como Professora Universitária desde 2004 em cursos de Graduação e Pós-graduação na Estácio (RJ)

RESUMO: A presente pesquisa aborda a transfobia existente no ambiente acadêmico, mais precisamente, as violências físicas, psicológicas e veladas ocasionadas pela intolerância à identidade de gênero de outro indivíduo, vividas por pessoas trans no âmbito escolar, durante o ensino médio. Foram abordadas questões de gênero na contemporaneidade, elucidando o tema da pesquisa a como se constrói o ideário social acerca do protagonismo binário e invisibilidade das identidades trans. É debatido o que se entende por violência e políticas de exclusão, apoiados por uma literatura pertinente, identificando as principais violências vividas pela comunidade trans, desde verbais, físicas, e veladas, compreendendo esta como a mais recorrente, sendo parte de uma rotina. As conclusões obtidas acerca das consequências sociais giram em torno da marginalização da

classe a partir da não possibilidade de ocupação de espaços organizacionais formais. Ao debater sobre as consequências psicológicas, entende-se que estas se dão de forma subjetiva, mas abarcam a solidão ocasionada pela invalidação e desamparo como ponto em comum. A partir da análise dos dados e relatos apresentados, foi possível observar e compreender os diversos entraves à permanência de pessoas trans no meio escolar, bem como, a necessidade de novas políticas de ensino que busquem a produção do pensamento crítico acerca da diversidade. O fato evidenciou-se como urgente na construção de um espaço escolar mais acolhedor, assim como, o apoio familiar durante o período estudantil de um jovem trans.

PALAVRAS-CHAVE: Trans; Violência; Ambiente escolar.

ABSTRACT: This research approaches transphobia in the academic environment, more precisely, physical, psychological and veiled violence caused by intolerance towards individual's gender identity, experienced by trans people in the school environment, during high school. Contemporary gender issues were addressed, enlightening the research theme and how the social ideas about binary protagonism and invisibility of trans identities are built. What is meant by violence and exclusion policies is debated, supported by relevant literature, identifying the main points of violence faced by the trans community, such as verbal, physical, and veiled violence, understanding the latter as the most recurrent, being part of a routine. The conclusions obtained about the social

consequences revolve around the marginalization of trans people from the impossibility of occupying formal organizational spaces. When debating the psychological consequences, it is understood that these occur subjectively, but embraces the loneliness caused by invalidation and helplessness as a common point. From the analysis of the data and reports presented, it was possible to observe and understand the various obstacles to the permanence of trans people in the school context, as well as the need for new teaching policies that seek to produce critical thinking about diversity. This fact proved to be urgent in the construction of a more welcoming school space, as well as family support during the student period of a trans young person.

KEYWORDS: Trans; Violence; School Environment.

INTRODUÇÃO

A transexualidade caracteriza-se pelo forte sentimento de não pertencer ao sexo biológico, sem a presença de distúrbios, sejam de ordem delirante ou orgânica, como por exemplo, o hermafroditismo ou anomalias endócrinas (CASTEL, 2001). Berenice Bento, sugere em sua obra “O que é transexualidade” (2008), a transexualidade como uma experiência identitária, marcada pelo conflito de não adequação às normas sociais de gênero. Tomando uma definição mais generalista, que será trabalhada mais detalhadamente ao longo do presente artigo, entende-se na condição de transexual o indivíduo que possui identidade de gênero oposta da que foi designado ao nascer, identificando-se com os signos e elementos de gênero socialmente atribuídos ao sexo oposto. A partir do momento que um bebê nasce e é categorizado como “menina” ou “menino”, automaticamente o insere em uma dinâmica onde gênero é determinado através do sexo, estruturado por uma normativa social. Assim, esse sujeito deverá se relacionar de forma afetiva-sexual com alguém do sexo oposto, pautado na tríada sexo, que é o gênero e conseqüente sexualidade (BUTLER, 2018). Pessoas transgênero identificam que sua forma de existir e sentir-se como sujeito, tomando como referencial a definição psicanalítica do termo¹, não correspondem às expectativas do gênero que lhes foi imposto antes mesmo de nascer. Essa não adequação às narrativas de gênero pré-estabelecidas socialmente, provocam certo estranhamento no que tange a sensação de não pertencer ao próprio corpo.

O fenômeno da transfobia é uma realidade social, da qual pessoas transgênero vivenciam diariamente, desde quando não se adequam ao padrão social cartesiano de expressão de gênero, como será analisado mais à frente. A transfobia se caracteriza pelo ódio patológico direcionado às pessoas trans, com conseqüências violentas à classe (JESUS, 2013). Nesta perspectiva, um dos primeiros espaços de exclusão é a escola como instituição, que deveria funcionar como local que agrega as subjetividades e cultiva a diversidade. Todavia, acaba sendo instrumento de segregação. Esse fato se dá ao modelo institucional de ensino ser estruturado por uma dinâmica que não prioriza essas

¹ Para a Psicanálise, o sujeito se constitui a partir da linguagem, na relação com o Outro, através da ordem simbólica (AGUIAR; TOREZAN, 2011).

questões. A problemática que envolve o (re)existir trans nas escolas, evidencia-se pela intolerância aos que fogem dos estereótipos binários, ou seja, que são convencionados socialmente a respeito do padrão homem-mulher, sendo inconcebível o menino com traços femininos e a menina com traços masculinos (VEDROSSI, 2013). Desse modo, ao levar em consideração os efeitos e consequências de tais violências em longo prazo, surge o questionamento: quais são os impactos, psicológicos e sociais, na vida adulta de pessoas transgênero que sofreram transfobia durante o período escolar do ensino médio? As hipóteses, que se desejam analisar e confirmar, apontam para situações que dificultam a subsistência e propiciam a marginalização da classe. São elas: interrupção dos estudos, promovendo a ausência de capacitação para o mercado de trabalho formal; bem como desordens de ordem psíquica, que podem ser traduzidas por meio da depressão e da ansiedade, que também contribuem para um quadro que impossibilita a dignidade e a qualidade de vida.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar quais são os impactos (psicológicos e sociais), na vida adulta de pessoas transgênero que sofreram violências físicas, verbais ou veladas, motivadas por transfobia, durante o período escolar do ensino médio. De forma mais específica, pretende-se identificar as questões de gênero no contexto contemporâneo; investigar quais são as principais violências sofridas no âmbito escolar; bem como, compreender se as dificuldades sofridas propiciam entraves à permanência de pessoas transgênero no ambiente acadêmico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) torna oficial, em 2019, a remoção do conceito de transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 11), segundo informação do Conselho Federal de Psicologia. Ainda assim, a transexualidade muito é vinculada a um caráter patológico, o que trabalha como uma justificativa de discursos e ideias preconceituosas. Além disso, sendo a expressão de gênero, desde sempre designada por uma ótica binária, ou seja, masculina e feminina, na qual valoriza-se o masculino anteposto ao feminino (dinâmica embasada por uma cultura falocêntrica²), indivíduos que fogem a estas normatividades são discriminados (VEDROSSI, 2013). A educação formal se baseia em um sistema assentado em fortes crenças e direcionamentos que são resistentes às “novas expressões existenciais” que se desenvolvem (PERES, 2010). Tais violências resultam em um número elevado de pessoas transgênero que abandonam o ensino básico formal e não concluem o ensino médio, já que a escola funciona como um dos primeiros agentes de exclusão de pessoas trans do meio social. A não ocupação do mercado de trabalho formal, por parte da população trans, tem como um dos determinantes a falta de capacitação acadêmica ocasionada pelo abandono do ensino de base. Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população autodeclarada trans encontram na prostituição a única fonte de renda e

² Cultura onde o que é masculino é entendido como superior.

possibilidade de sustento. Sendo assim, faz-se necessário abordar a temática, objetivando uma reformulação das políticas de ensino de base, que possibilite o acesso e permanência igualitários à educação.

O projeto consiste em uma pesquisa do tipo exploratória que, através de um levantamento bibliográfico pertinente ao tema, buscou identificar o que se propôs. A coleta e análise dos dados foram, respectivamente, realizadas através de fontes como artigos científicos, livros, teses e periódicos. Foram realizadas buscas em plataformas de pesquisa acadêmica e em sites que contemplam informações sobre a temática da transgeneridade³, para escolha coerente do material, dentre elas: “Google Acadêmico”; site do Conselho Federal de Psicologia (CFP); “SciELO - Biblioteca Eletrônica Científica”; site da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A base epistemológica do trabalho é composta por conceitos e teorias de autores que correspondem aos objetivos do projeto. A classificação da análise dos dados consiste em qualitativa, motivada pelo caráter crítico da questão problema que envolve o tema e motiva a pesquisa. Assim, será possível responder a problemática inferida.

AS QUESTÕES DE GÊNERO NA CONTEMPORANEIDADE

A compreensão dos termos cisgênero e transgênero se faz necessária a elucidação do tema proposto na pesquisa, bem como, conhecer tecnicamente de forma mais contextualizada a quais indivíduos se refere. A palavra “cisgênero” ou “cis” é utilizada para denominar o grupo de pessoas que se entende como indivíduos pertencentes ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer, enquanto as pessoas “transgênero” ou “trans”, não possuem essa identificação, se constituindo em pessoas não-cisgênero (JESUS, 2012). É importante apontar que as definições apresentadas foram construídas de forma generalista e existem exceções originadas a partir da grande diversidade que se relaciona ao tema de gênero, assim como, pela não existência de consenso sobre os termos “trans” ou “transgênero” no Brasil. Existem indivíduos travestis e transexuais que não se consideram parte do grupo de transgêneros ou, ainda, pessoas que não se identificam com nenhum gênero binário, masculino x feminino, preferindo ser identificadas pelo termo *queer*, não-binários, ou também transgêneros (JESUS, 2012). Neste artigo, se tomará a definição “trans”, que alguns autores nomeiam de “termo guarda-chuva”, de forma a acolher todas as pessoas que possuem identidade de gênero não condizente ao modelo social prevalente, que designa o gênero de acordo com a genitália (ARAÚJO; THEOPHILO, 2019).

Um ponto primordial a ser abordado é sobre a não necessidade de uma pessoa transgênero passar por uma cirurgia de transgenitalização⁴, para se compreender e ser considerada como indivíduo do gênero a qual se identifica, todavia, é de seu direito realizá-

3 Transgeneridade: forma de expressar uma identidade de gênero fora do binômio masculino-feminino (fonte: Michaelis).

4 Redesignação sexual.

la, de acordo com o artigo 194 da Constituição da República Federativa de 1988, que garante direito a saúde e dignidade da pessoa humana (SOUSA; VÁZ, 2020). A questão trans não foi abordada diretamente na Constituição de 1988, porém, ela foi intitulada de “Constituição Cidadã”, por assegurar que todos exerçam seus direitos de forma igualitária (ALARCON, 2020).

Para dar segmento, é preciso entender no que se constitui “identidade de gênero”. Em sua obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003), Judith Butler⁵ redefine o conceito de identidade de gênero como *scripts* de gênero, se referindo ao que é atribuído culturalmente a ideia de masculino e feminino, como forma constituinte da relação de poder que grupos exercem sobre outros. Butler, na mesma obra, critica a noção de identidade definida a partir de uma dinâmica onde o sexo biológico determina o gênero e que, conseqüentemente, determinará a sexualidade. Sendo assim, essa cultura falocêntrica, termo citado anteriormente, promove a discriminação a indivíduos que fogem a estas normatividades (VEDROSSI, 2013).

Existe uma diferenciação nas expectativas referentes a meninos e meninas, bem como, na forma de educar. Filósofos como Rousseau (XVIII) e Michelet (XIX), apostavam na educação diferenciada a partir do gênero (FELIPE, 2000). No final do século XIX e início do século XX, chegam ao Brasil os manuais de boas maneiras, com o objetivo de inserir a etiqueta europeia na cultura brasileira. Com isso, se dá o processo de inserção dos manuais de instrução femininos nas Escolas Normais, para formação de professoras, originados a partir dos manuais de boas maneiras. Tais cartilhas reforçavam um caráter diferenciativo na educação de meninas e meninos, apontando o lugar da mulher na sociedade apenas como donas de casa, esposas e mães (MACHADO; TOMÉ, 2013).

Ao trazer toda essa dinâmica formadora do modelo educacional adaptada aos dias atuais, já que é o sistema estrutural acadêmico, observa-se as variadas conseqüências à comunidade de pessoas que não se adequam a tais enrijecimentos identitários de gênero. No ambiente escolar, a discriminação se evidencia em um primeiro momento, como uma problemática em relação a orientação sexual de alunos que não correspondem ao que se espera de menino e menina. Posteriormente, identifica-se que o real incômodo se dá pela fuga de uma expressão de gênero congruente ao sexo biológico, não por quem irão se relacionar (VEDROSSI, 2013). Exemplificando, é inaceitável que um menino apresente características femininas e uma menina se comporte como um “moleque”.

A partir do fenômeno excludente vivenciado no ambiente escolar, por parte de colegas e professores, devido a um desinteresse do sistema educacional ao formular ações que promovam a equidade e celebração das subjetividades, a escola se torna um ambiente hostil a permanência da pessoa trans, o que dificulta seu acesso à educação de base (VEDROSSI, 2013).

Tal dinâmica promove a falta de capacitação da pessoa trans para entrada no

5 Filósofa pós-estruturalista estadunidense. Uma das principais teóricas contemporâneas do Feminismo e Teoria *Queer*.

mercado de trabalho formal, fato que se evidencia segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, que indicam que 90% da população autodeclarada trans encontra na prostituição a única fonte de renda e possibilidade de sustento. Mesmo os que conseguem formação a nível médio e estão aptos a desenvolver determinado trabalho, muitas vezes, são recusados devido a condição de ser transgênero.

Existe no imaginário coletivo, a ideia de que travestis realizam mudanças corporais para viverem da prostituição, quando a dinâmica é inversa. A transição de gênero é algo que potencializa as violências discriminatórias vivenciadas no meio social. Muitas travestis afirmam que gostariam de assumir sua identidade feminina, porém, não conseguiriam meios de subsistência. Quando conseguem um emprego, muitas vezes, abarcam o enfrentamento constante de existir e resistir naquele espaço. Tal situação se explica pela vivência de preconceitos generalizados, passando por ridicularização a hostilidade em relação ao uso dos banheiros (BENTO, 2008). Por exemplo, obrigar mulheres trans a usarem uniformes masculinos, frequentarem o banheiro masculino, cortarem o cabelo curto e ter um crachá com o nome de batismo, é uma violência velada.

Outro ponto que circunda a vivência transgênero na atualidade, é a invisibilidade dada a causa trans dentro do próprio movimento LGBTQIA+, quando as pautas referentes a classe ganham um caráter secundário. Tal fato dificulta ainda mais a busca por direitos e igualdade perante a justiça visto que, por exemplo, o levantamento de dados acerca dos crimes motivados por transfobia se torna difícil, pois tais violências são registradas como crime de homofobia (CHAGAS; NASCIMENTO, 2017). Assim, evidencia-se a também diferença político-social da vivência trans em relação a outras pautas sociais, apontando uma luta individual do grupo. Com isso, surge o movimento trans na década de 90, segundo informações da ANTRA, objetivando pautas como respeito ao nome social, acesso aos serviços de saúde, criminalização da transfobia e educação básica.

VIOLÊNCIA X ESCOLA: AS PRINCIPAIS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS NO ÂMBITO ESCOLAR

Os fatores determinantes da violência presente no âmbito acadêmico, são diversos. O presente artigo busca analisar e compreender os tipos de violência inferidas pela identidade ou expressão de gênero, tomando como agentes causadores os aspectos da dinâmica social regente no espaço escolar.

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS), define a violência como o uso intencional da força física ou poder, real ou como ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tem uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, subdesenvolvimento ou privação (KRUG et al, 2002). Há, ainda, o que se entende por violência velada/simbólica. Nesse caso, a violência não se apresenta de forma explícita, tornando-se difícil identificá-la como ato violento. Assim,

muitas vezes, essa violência ganha um aspecto rotineiro, passando despercebido (ODALIA, 2004).

O desencadeamento da violência escolar não se limita apenas ao espaço físico da escola. Ele pode se dar em variados contextos pertencentes a rotina do indivíduo, como, no trajeto escola-casa; em atividades acadêmicas realizadas fora da escola, como passeios; festas em que o público majoritariamente seja o da escola, ou até no contexto familiar, quando atravessado por essas questões (PEREIRA; WILLIAMS, 2010).

Outro local importante a análise relativa ao tema, é a internet. Nela, devido a seu caráter libertário sobre a expressão de opiniões, indivíduos que não teriam a oportunidade de se posicionar publicamente no mundo não virtual, destilam seus conceitos e achismos acerca do que seria ser trans e as consequências sociais de tal existência para a manutenção do moralismo presente nas conjecturas familiares tradicionais. O discurso endossado através destes ataques é, principalmente, irrigado de fundamentalismo religioso⁶, utilizado para justificar o caráter opressor/ameaçador das falas, ocasionado pela possível falta de informação e total ausência de respeito com a classe trans (VITALI et al, 2019). Não obstante, ocorre no contexto escolar, sendo muito recorrente na era digital e entendido como *cyberbullying*. O termo abrange atos violentos praticados pela internet, como mensagens de ódio e ameaças, ou publicações de exposição sobre a vítima (PEREIRA; WILLIAMS, 2010).

Como já citado no presente artigo, pessoas trans lidam com o risco da violência de diversas formas, nos mais variados espaços sociais, incluindo o ambiente acadêmico. A marginalização da população trans também ocorre na escola, ao passo que a cisnormatividade⁷ institucional trabalha como um mecanismo de repressão, enfraquecedor da diversidade de gênero (FAERMANN et al, 2020).

Em 2018, O Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE aplicou uma pesquisa chamada “As fronteiras da educação: a realidade dos estudantes trans no Brasil” (CANTELLI et al, 2019), a 250 estudantes que se autodenominam transexuais ou não-binários, em busca da melhor compreensão dos entraves à permanência de pessoas trans no ambiente escolar. A pesquisa apontou diversas violações morais partidas pela própria escola, ocasionando o abandono dos estudos por metade dos entrevistados, seguidos de depressão e problemas financeiros (FAERMANN et al 2020). Vale ressaltar que a depressão e os problemas de ordem financeira são compreendidos como consequência da transfobia vivida no ambiente escolar, visto que a dificuldade de entrada no mercado de trabalho formal é ocasionada pela discriminação, fator que impacta a vida pessoal e profissional.

6 Vale ressaltar o conceito de “ideologia de gênero”, criado politicamente e embasado por uma posição conservadora. A denominação classifica o ensinamento sobre diversidade de gênero nas escolas como algo ameaçador a pureza das crianças e adolescentes, reduzindo o conhecimento teórico já estabelecido sobre questões de gênero e sociedade, por um viés religioso e biologicista (OLIVEIRA, 2018).

7 A população trans utiliza o termo em referência a pessoas que não tiveram implicações em relação às imposições de gênero feitas pelo meio social. Assim, gozam de privilégios por não vivenciarem as problemáticas sociais que uma pessoa trans vive (OLIVEIRA, 2018).

Em 2017, foi realizada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, onde constam apontamentos sobre os ambientes educacionais hostis para estudantes LGBTs. A pesquisa apresenta levantamentos que chegaram a números como 42,8% dos estudantes LGBTs afirmando que se sentiam inseguros/as por causa da maneira como expressavam o gênero; 68% dos estudantes especificamente trans afirmavam terem sido agredidos verbalmente na escola e 25%, fisicamente.

Historicamente, os papéis de gênero foram criados para exercerem uma função de controle sobre os corpos e manutenção de um status quo, onde o homem se encontra socialmente acima da mulher. Através de tais papéis, se estabeleceram atributos específicos aos homens e outros, às mulheres, como forma de regulação da dinâmica social (FAERMANN et al, 2020).

A própria ação de relatar tais agressões se faz um desafio, ao passo que a medida pode provocar ainda mais violência. Pessoas trans afirmam terem recorrido à direção escolar e à Secretaria de ensino, porém, as devidas atitudes não foram tomadas pois, muitas vezes, a própria escola praticou a violência em questão (FAERMANN et al, 2020).

É necessário levar em consideração que uma mudança no paradigma social que endossa a violência no ambiente escolar, só pode ser implantada e executada por aqueles que ali estão presentes. Sendo assim, alterações de políticas funcionais escolares, que estruturam estes espaços necessitam envolver indivíduos dispostos a uma nova forma de ação (FAERMANN et al, 2020).

ENTRAVES À PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Apartir da análise do que foi apresentado anteriormente no presente artigo, é possível compreender que a transfobia é a causadora de diversas dificuldades à permanência de pessoas trans em diferentes espaços, não sendo diferente quanto ao ambiente acadêmico. Ao recortar o tema para o período escolar do ensino médio, onde as pessoas trans são jovens que precisam de assistência e acolhimento como qualquer adolescente, observa-se que as situações de vulnerabilidade são muito extensas, salientando um ambiente muito frequentemente antagônico a permanência nos estudos. Os relatos discorrem sobre discriminação, assédio moral e sexual, violência física e verbal, ocasionando muitas dificuldades de aprendizagem. Os envolvidos na dinâmica de violência acabam sendo colegas de classe e até professores e coordenadores (FAERMANN et al, 2020).

Ao refletir sobre as questões de desigualdade social na educação, nos deparamos com a existência de uma hierarquização do acesso aos espaços de ensino formais, eleitos pela dinâmica social na qual nos inserimos. Sendo assim, evidencia-se que o conceito de universalidade da educação e igualdade de todos, não se aplica de fato. É essa conjectura que aponta para uma desumanização na forma de enxergar as pessoas trans (OLIVEIRA, 2018).

Dayana Brunetto Carlin dos Santos, traz em sua tese de doutorado nomeada como “Docências trans*: entre a decência e a abjeção”(2017), relatos sobre o período escolar de pessoas trans, que hoje são docentes. Dentre eles está o relato da professora Andreia Lais, presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE:

Não lembro muito do meu período escolar. Mas eu lembro que quando eu era aluna eu era a chacota da escola. Mas, ao mesmo tempo eu era o deboche da escola, porque eu era um menino que usava sutiã, que de repente aparecia com batom na escola. Isso nos anos 80, 90. Eu criança com batom na escola, então, quebrava todo um sistema escolar que não estava programado pra me receber daquela forma... E eu fazia isso e ia pra escola. Então, eu lembro que por conta disso eu era a chacota, eu era o viado... Mas, hoje eu me orgulho de ter feito isso e devia ter feito mais. É claro que a escola pra mim sempre foi um ambiente de repulsa, sempre foi um ambiente chato... Mas quando eu penso na escola eu penso que eu deveria ter aprontado mais e ter provocado muito mais a vida dos professores e das professoras que eu tinha. Hoje eu penso isso... Porque na época eu tinha medo. Mas o fato de eu ir assim pra escola, pra mim eram práticas inocentes que eu estava fazendo e eu corria o risco de apanhar, corria riscos... Mas, pra mim era tudo muito inocente. Por conta dessas minhas práticas eu lembro que a escola era um ambiente muito chato e que se não fosse a minha família eu teria desistido logo no começo... Minha mãe me levava e ia me buscar na escola. Me deixava dentro da sala de aula e me tirava de dentro da sala de aula, porque senão eu não ficava (SANTOS, 2017, p. 339-340)

Teve uma vez que eu fui de batom pra escola e teve uma professora que tirou um papel da bolsa e veio limpar a minha boca, porque não podia. Isso acho que eu estava na quarta série, do primário. Eu era uma das primeiras da fila e ela foi limpar a minha boca. Isso eu lembro... (SANTOS, 2017, p.340)

E teve também um professor de Educação Física que fez um time com camisa e um time sem camisa e eu fiquei no sem camisa. Parece que ele fez de propósito. Eu devia estar na sétima série. Hoje acho que é o oitavo ano. Essas foram as duas tragédias que mais me marcaram. Mas assim tem outras porque eu ia de maria-chiquinha, usava sutiã... ia no banheiro ver o pinto dos meninos quando eles estavam fazendo xixi. (SANTOS, 2017, p. 340)

O depoimento de Andreia Lais, retrata de forma muito elucidativa como a vivência de uma pessoa trans no ambiente escolar é marcada, muitas vezes, não só por violência física, mas simbólica. O ato do professor, ao colocá-la em um time sem camisa, evidenciando seu corpo em transição, configura uma atitude extremamente violenta, um atentado a dignidade humana. Da mesma forma se apresenta a atitude da professora que retirou o batom de Andreia com um papel, o que coloca de forma explícita e dura para Andreia, o quão inadequada ela é para aquele ambiente. A brutalidade dos fatos ocorridos, apesar de não terem configurado agressões físicas, fazem Andreia nomeá-los como “tragédias” (SANTOS, 2017). A professora também relata a importância de sua família durante o período, sempre investindo de forma subjetiva nela, no sentido de levá-la e buscá-la na escola, garantindo que ela não desistisse de concluir os estudos.

Outro relato presente na tese de Dayana, interessante a análise do tema proposto,

é o da também professora Milena Branco:

(...) Quando eu passei no concurso em 2009, porque é isso que eu digo sempre quando você tem um emprego fixo, público, ele te dá muito mais credibilidade. Eu consegui trabalhar a minha política de ser uma boa professora. Eu vejo assim porque senão eu não ia aguentar esse procedimento de transição dentro da mesma escola, né? Então, eu estava há 6 anos como professor e de repente me transformei na professora Milena Branco que hoje, todo mundo lá em Foz sabe quem é em termos de saber conviver. Porque acham que qualquer coisa é transfobia. E é, porque a pessoa é transfóbica a partir do momento que ela não deixa você entrar no banheiro feminino, te incomoda com olhares, fica fazendo piadinha, e eu sei que isso fazem, nas costas, não na frente. (SANTOS, 2017, p. 344-345)

Milena revela um lado mais difícil de identificar por quem não é trans, ou seja, não tem essa vivência, a violência velada. Ela enfatiza a necessidade que sente de ocupar um cargo público, em busca de maior respeito social. Apesar disso, Milena sofre essa violência velada, onde as agressões não são explícitas. Alguns exemplos presentes no discurso de Milena, são o impedimento do uso de banheiros destinados ao gênero feminino, bem como, comentários e olhares maldosos (SANTOS, 2017).

Ao citar violências veladas, ampliamos o leque de violências para situações extremamente rotineiras e, justamente por isso, difíceis de serem identificadas como violentas. A exemplo, toca-se na questão da utilização do nome social no Brasil. Nome social é o que se entende pelo nome escolhido por pessoas trans, pertinente ao seu respectivo gênero de identificação (OLIVEIRA, 2018). Segundo Alves e Moreira (2015, p. 60), “nome social” é: “(...)uma expressão brasileira que pode ser entendida como o nome escolhido pelo próprio sujeito trans, uma vez que existe uma incongruência entre seu nome civil e sua identidade de gênero.”. Sua utilização é primordial para uma pessoa trans que o tenha adotado, pois solidifica psico/socialmente quem é aquele sujeito, evitando constrangimentos e dificuldades práticas que um cidadão civil pode ter por possuir uma imagem não condizente ao seu nome. Em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003), Butler ressalta que a determinação da identidade de gênero a partir da prevalência do discurso em detrimento ao determinismo biologizante do sexo anatômico, traz um caráter autônomo na construção da identidade.

Através do parecer de número 14/2017, aprovado em 12 de setembro de 2017 no Conselho Nacional de Educação, aprova-se por unanimidade, o projeto de resolução que propõe o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares de educação básica no Brasil (MEC, 2017).⁸ Apesar de ser um direito da pessoa trans ser reconhecida pelo seu nome social dentro das instituições de ensino, em listas de chamada e diários, por exemplo, os relatos ainda apontam para o desrespeito a esse direito. Algo que na prática, é frágil.

8 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192

A fragilidade no cumprimento de leis direcionadas a população trans é marcada, inclusive, nas altas esferas democráticas brasileiras, com a inserção de valores religiosos cristãos no próprio Poder Legislativo, através de bancadas religiosas. Algo ameaçador ao Estado laico (PRADO; DANIELO, 2017).

Tais violações, elucidam um certo tipo de punição direcionada à pessoa trans, por apenas ser quem é. Tudo o que foge a cisnormatividade, citada anteriormente, é tido como errado. O que é errado precisa ser punido (OLIVEIRA, 2018). Em sua obra “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão” (1975), Foucault traz a seguinte reflexão:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1999, p. 203)

O uso de banheiros por pessoas trans também é um tema que provoca polêmica. Pessoas trans não tem sua subjetividade encarada positivamente na rotina escolar. O relacionamento com colegas, professores e gestão é difícil, devido ao despreparo da escola em lidar com tais diferenças, as colocando no patamar de anormalidade. Situações simples e essenciais, como listas de chamada e o uso de banheiros, se tornam extremamente traumáticas (CRUZ, 2011).

Elizabete Cruz, após sua experiência como professora em um curso de especialização em gestão educacional para diretores de escolas da rede estadual de São Paulo, cita o termo que ouviu com frequência de seus alunos: “Abafa o caso.”. O título se refere a dificuldade que gestores de escolas tem em lidar com a questão no espaço educacional, principalmente em relação ao uso de banheiros. As justificativas que pautam tal problemática são a dificuldade em abordar o caso com os pais; opiniões diversas de professores e a dicotomia entre disponibilizar um terceiro banheiro para que os alunos trans utilizem, acabando por segregá-los ainda mais, ou permitir que usem os banheiros públicos destinados aos alunos e sofram algum tipo de retaliação, até mesmo agressões físicas (CRUZ, 2011).

Segundo Cruz, após muito debater o tema do uso dos banheiros com os alunos de seu curso, colegas e diferentes profissionais das áreas da saúde e social, catalogou as seguintes opiniões:

1. O banheiro adequado era o “dos meninos”, porque *ele* tinha pênis, então

tinha que usar o banheiro dos meninos; 2. O banheiro que deveria ser utilizado era o «das meninas» porque *ele* agora era mulher, se vestia como uma mulher; 3. O banheiro a ser utilizado era o “da diretora”, ou “dos(as) professores(as), funcionários(as)” que significava uma proteção, porque podiam bater no(a) aluno(a) no banheiro dos meninos; 4. O banheiro a ser utilizado era o “da diretora” porque era difícil debater este tema com as famílias da escola; 5. O banheiro a ser utilizado era o “dos meninos” porque ele não podia *ferir o direito das meninas a ter privacidade*; 6. O banheiro a ser utilizado era “o das meninas” porque os meninos zombavam e podiam *bater nele*; 7. O banheiro a ser utilizado era o da diretora porque os professores/as não gostavam da ideia de vê-lo utilizando o seu banheiro; 8. Ele(a) poderia usar o banheiro que quisesse (poucas pessoas com esta visão); 9. Talvez precisássemos de um terceiro banheiro; 10. Talvez pudéssemos ter nas escolas um banheiro só (para alunos e alunas) (poucas pessoas com esta visão). (CRUZ, 2011, n.p)

A partir das sugestões acima, percebe-se que a discussão não se trata simplesmente sobre banheiros, mas identidade. O banheiro funciona como um agente da norma, do composto binário, onde o que foge a esta dinâmica, vai de encontro a todo esse arranjo. Assim, torna-se estranho. Diante a inquieta dúvida sobre o que fazer nesta situação, surge o “Abafa o caso.”. Aquele corpo estranho precisa ser (re)movido. É necessário um novo agente segregador: um terceiro banheiro, para se reestabelecimento da norma (CRUZ, 2011).

A partir da análise de Alves e Moreira (2015) acerca das obras de diversos autores que discorreram sobre o tema, um ponto de identificação comum entre suas argumentações é a respeito dos impactos negativos que a construção de novos banheiros, destinados apenas às pessoas trans, trariam. Tal ação reforçaria um sistema normalizador de gênero, pautado pelo binarismo que seguiria colocando a margem todas as diversas expressões de gênero. Outro ponto que converge entre os autores analisados, é acerca da legitimação do uso dos banheiros após a cirurgia de transgenitalização, como se uma mulher trans só pudesse ser considerada uma mulher de fato, após não possuir o pênis. Tal argumento reforça a teoria de Butler, citada anteriormente, sobre os papéis de gênero serem dispostos a partir do órgão genital.

Sendo assim, percebe-se que o uso dos banheiros públicos na escola também se torna um ato político e de resistência inerente a vivência trans, visto que os papéis de gênero se reafirmam de forma muito clara em relação a estes espaços. Separar um terceiro lugar, outro banheiro diferente do masculino e do feminino, significa garantir a manutenção dessa ordem que ilustra o ser transgênero como anormal, no caso, diferente da ordem pré-estabelecida e, por isso, passível de punição (ALVES; MOREIRA, 2015).

A consequência de tantos obstáculos à permanência de pessoas trans no meio acadêmico, se evidencia por um grande número dessas pessoas vivendo no ostracismo trabalhista, fadadas a marginalização. Além disso, em sua grande maioria, o atual modelo organizacional vigente nas empresas, prioriza a produtividade e lucro como consequência, não estando intrínseco políticas que visem o preparo de funcionários para lidar com as

diferenças (PRADO; DANGELO, 2017).

Ao considerar que a entrada no mercado de trabalho formal é marcada por grande dificuldade, devido ao não mantimento das atividades escolares que capacitariam indivíduos trans para tal, observa-se também que a permanência no ambiente organizacional também é atravessada por batalhas das mais diversas ordens. O desrespeito a direitos básicos se faz presente também nestes espaços, como a não utilização do nome social, impedimento do uso de banheiros de acordo com o gênero de identificação, agressões verbais, desqualificação do trabalho e remuneração não condizente as atividades desempenhadas. Questões que apontam para uma urgente necessidade da criação de políticas voltadas exclusivamente ao direito laboral da pessoa trans, visto que as decisões de causas trabalhistas sobre descumprimento de direitos da pessoa trans, ficam fadadas a interpretações, posicionamento pessoal e empatia dos que irão julgá-las (PRADO; DANGELO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propôs a análise da vivência de pessoas trans no ambiente acadêmico, mais precisamente alunos que não se identificam com padrão binário heteronormativo de gênero, no período escolar do ensino médio, bem como, os impactos psicológicos e sociais de tal experiência na vida adulta. De acordo com o que foi apresentado, através da análise teórica de materiais que discorrem acerca do tema e, também, relatos de pessoas trans, observa-se que ocupar o espaço estudantil é um ato de resistência e enfrentamento a todo um sistema segregador e desigual. Foram expostas as principais e subjetivas dificuldades enfrentadas, desde a posterior entrada na escola, passando pela permanência (tendo como ponto focal o ensino médio), até a conclusão ou não conclusão dos estudos básicos, investigando as prováveis consequências de tais eventos.

Os impactos sociais observados reforçam a hipótese de que o abandono dos estudos direciona a classe à marginalização, à medida que a não capacitação para o mercado de trabalho formal impede o acesso ao mesmo. Tal ponto aliado ao preconceito de muitos empregadores em relação a contratação de pessoas trans, tornam escassas as possibilidades de subsistência, fazendo com que muitas recorram à prostituição.

A análise dos impactos psicológicos se torna mais tortuosa à métrica, pois depende da experiência subjetiva de cada indivíduo. Em contrapartida, é possível identificar uma analogia entre ser trans e solidão. A inserção social de pessoas trans dentro do espectro da anormalidade ocasiona uma barreira de socialização. A criação de laços se apresenta mais corriqueiramente entre semelhantes, porém, se faz rara com pessoas cis, devido a dinâmica da exclusão. Assim, a partir do momento que uma pessoa trans começa a se colocar no mundo da forma que deseja, solicitando ser compreendida e tratada como pertencente ao gênero que se identifica, sua rede de vínculos começa a se desfazer. O fenômeno é

relato nos discursos apresentados, desde a infância. As consequências, apesar de não mensuráveis de forma generalista, se fazem presentes, também, das mais diversas formas. O status de agressivas, dado às travestis, por exemplo, parte de uma postura mais dura em relação ao mundo. Algo que se explica pela forma que foram tratadas desde a infância.

Apartir do que foi apresentado, observa-se que a condição de ser uma pessoa trans no Brasil e estar dentro da instituição escola, carrega consigo diversos atravessamentos sociais, que produzem uma luta constante em busca da permanência neste espaço acadêmico. Os muitos entraves se fazem presentes de forma dura e real cotidianamente, variando entre o não respeito a utilização do nome social, embates acerca do uso dos banheiros, violências verbais, físicas e, em muitos casos, abandono familiar. Isso se dá devido ao arranjo social da escola como instituição estar baseado na repressão de subjetividades, principalmente de gênero e sexual, tendo como pilar as regras heteronormativas cisgêneras. A análise dos relatos aponta para a necessidade de uma estrutura familiar muito presente na relação jovem trans x escola, investindo na educação também de forma subjetiva, de modo que amenize a solidão do jovem trans nesse período.

A falta de preparo institucional na condução de um ambiente seguro e aberto ao debate sobre diversidade, evidenciam a urgente necessidade de novas formulações nas políticas de ensino nas escolas. O principal dilema apresentado foi em relação a utilização dos banheiros por pessoas trans, uma polêmica que gira em torno dos principais pontos conflitantes: o não saber como lidar com os familiares de outros alunos que não aceitam que seus filhos dividam o espaço do banheiro com jovens trans; a vulnerabilidade que se expõe a pessoa trans ao utilizar os banheiros públicos; e a exclusão simbólica ocasionada pela disponibilização de um terceiro banheiro.

A escola como instituição, pauta-se em uma dinâmica que alimenta as relações de poder. Relações essas que provocam e sustentam alicerces de desigualdade. A criação de pareceres que concedam direitos básicos às pessoas trans, precisam estar apoiados pela formulação de novas práticas de ensino para um todo, corpo discente a docente, incluindo todos que façam parte da dinâmica escolar. Sendo assim, se faz possível construir uma ponte de possibilidades que leve ao que se espera de um ambiente escolar que acolha e seja seguro à vivência trans.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Letícia Nunes Silva. **Transgênero**: a busca por sua dignidade. A busca por sua dignidade. 2020. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/transge-nero-a-busca-por-sua-dignidade/>>. Acesso em: 03 maio 2021.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. From the use of social name to the use of the bathroom: (trans)subjectivities in brazilian schools. **Quaderns de Psicologia**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 59-69, 31 dez. 2015. Universitat Autònoma de Barcelona. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/psicologia.1275>. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/view/303189>>. Acesso em: 31 maio 2021.

ARAÚJO, Erika Barbosa de; THEOPHILO, Glaucia Lima de Magalhães. TRANSGÊNE ROS: ainda incompreendidos?. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 73-101, 01 jun. 2019. Bimestral. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.39490>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA (Brasil). **Travestis de baixa renda poderão receber auxílio de R\$200,00**: Governo anuncia R\$ 200 mensais para autônomos de baixa renda. 2020. Bruna Benevides via G1. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/03/19/travestis-poderao-receber-auxilio-de-200reais/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 222 p. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS**. 2019. Disponível em: <[BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 303 p. \(Coleção Sujeito e História\). Tradução de: Gender trouble: feminism and the subversion of identity.](https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20de%20Sa%C3%BAde,Problemas%20de%20Sa%C3%BAde%20(CID).>>. Acesso em: 31 de out. 2020.</p></div><div data-bbox=)

CANTELLI, Andreia et al. As fronteiras da educação: a realidade dos estudantes trans do Brasil. [S.l.]: Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE, 2019. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/137852871-As-fronteiras-da-educacao.html>> Acesso em: 20 maio 2021.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rj/rbh/a/RrL6gCWPxj6tfQmdrNDLTnB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CHAGAS, Emmily; NASCIMENTO, Thayana. (IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, Maranhão. **Artigo**. São Luís: UFMA, 2017. p. 01-10. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobianavidadetravestisetransexuais.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CRUZ, Elizabeth Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X20110001000007>. Acesso em: 31 maio 2021.

FAERMANN, Indamar Alves; COSTA, Silvio Luiz da; COUTO, Catarina. CISNORMATIVIDADE, VIOLÊNCIA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR. **Conjectura Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 25, n. [S. l.], p. 1-20, 8 dez. 2020. Universidade Caxias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v25.e020036>. Disponível em: <<file:///C:/Users/rafac/Downloads/8118-35010-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 1, p. 115-131, jun. 2000. Este artigo é parte do capítulo 5 da tese de doutorado de Jane Felipe, intitulada Governando mulheres e crianças: Jardins de Infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX, (PPGEDU/FACED/UFRGS, julho/2000). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/48688/30332>>. Acesso em: 26 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigi_ar_punir.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: *Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. In: MARANHÃO F°, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. **História Agora**, v.16, n° 2, pp.101-123, 2013. Disponível em: <<http://jaquejesus.blogspot.com/2015/08/transfobia-e-crimes-de-odio.html>>. Acesso em: 31 out. 2020.

KRUG, Etienne; DAHLBERG, Linda; MERCY, James; ZWI, Anthony; LOZANO, Rafael. Editores. World Report on violence and health. Geneva: World Health Organization; 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 maio 2021.

ODALIA, Nilo. (2004). O que é violência. São Paulo: Editora Brasiliense.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades de acesso e permanência de pessoas trans na educação. **Revista Sociologias Plurais**, Curitiba - Paraná, v. 4, n. 1, p. 103-121, nov. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/sciplr/issue/viewFile/2634/Rev.%20completa%20-%20v.%204%2C%20n.%20esp.%203>>. Acesso em: 29 maio 2021.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis, escolas e processos de subjetivação. **Instrumento**: Revista de estudo e pesquisa em educação, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 57-65, jul. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18683>>. Acesso em: 27 maio 2021.

PRADO, Anna Priscylla Lima; DANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA PESSOA TRANSGENERO E A “DOLOROSA” ARTE DE SER NORMAL. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 58-78, jan. 2017. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b87e/a12ec46da1808824ea53f76b7f39eb5efbc.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Docências Trans***: entre a decência e a abjeção. 2017. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Biblioteca de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Cap. 5. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/tese_dayana_brunetto.pdf>. Acesso em: 30 maio 2021.

SOUSA, Cenária Gualbertode; VÁZ, Queiliane Vieira Mendes. A CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS. **Judicare**: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Alta Floresta, Mato Grosso, v. 15, n. 1, p. 52-61, 02 dez. 2020. Jun. 2020 - Dez. 2020. ISSN: 2237-8588. Disponível em: <<http://ienomat.com.br/revista/index.php/judicare/article/view/123/120>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 01, p. 45-55, jun. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751435005>. Acesso em: 24 maio 2021.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; MACHADO, Maria Cristina Gomes. MANUAIS DE INSTRUÇÃO FEMININOS E A EDUCAÇÃO DAS MULHERES – DÉCADAS DE 1950 E 1960. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 12., 2013, Universidade Estadual de Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Uem, 2013. v. 01, p. 01-08. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2013/trabalhos/co_05/136.pdf>. Acesso em: 06 maio 2021.

VEDROSSI, Fernanda. Transfobia no ambiente escolar. **Monografias Brasil Escola**, 2013. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/transfobia-no-ambiente-escolar.htm>>. Acesso em: 05 maio 2021.

VITALI, Marieli Mezari *et al.* "Homem é homem e mulher é mulher, o resto, sem-vergonhice": representações sociais da transexualidade sobre comentários da internet. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 243-254, maio 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2019.v28n4/243-254/pt>>. Acesso em: 29 maio 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022